

A inclusão de Libras nos currículos de jornalismo: análise e proposta

Alan Araújo Barbosa¹
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: alanaraujo.br@hotmail.com

680

Palavras-chave: Jornalismo. Língua Brasileira de Sinais. Educação Superior. Formação

INTRODUÇÃO

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos acadêmicos de cursos de Jornalismo e Comunicação Social emergiu como uma questão crucial para garantir uma formação mais inclusiva e acessível no cenário educacional brasileiro. Oficializada como língua em 2002 pela Lei Nº 10.436 e incorporada como disciplina obrigatória em cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia pelo Decreto Nº 5.626/2005, a Libras representa um avanço significativo na promoção da acessibilidade para a comunidade surda. No entanto, a inserção da Libras nos currículos dos cursos de Jornalismo tem sido negligenciada em muitas instituições de ensino superior, particularmente nas universidades públicas da Bahia.

A ausência de Libras nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social nas universidades públicas estaduais da Bahia revela uma lacuna significativa no compromisso com a inclusão e a diversidade. A formação dos futuros jornalistas, que devem estar preparados para representar de maneira justa e precisa todas as parcelas da sociedade, incluindo a comunidade surda, está sendo comprometida. O jornalismo, enquanto prática essencial para a disseminação de

¹ Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom/UFBA). Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos (PPGCOM) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente, está se licenciando em Letras-Libras na Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF) e cursa Especialização em Educação e Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Realização:



Apoio:



informação e a promoção da democracia, deve refletir e respeitar a pluralidade linguística e cultural da sociedade.

A educação inclusiva, conforme destacam Machado (2010), Sanches (2005) e Ainscow (2009), requer uma abordagem que reconheça e valorize a diversidade, combatendo ativamente a exclusão. A inserção da Libras como disciplina obrigatória em cursos de Jornalismo não apenas atenderia às exigências legais e éticas, mas também prepararia os futuros profissionais para uma prática jornalística mais inclusiva e representativa. Este artigo examina a importância da inclusão de Libras nos currículos dos cursos de Jornalismo, analisa as consequências da sua ausência e propõe estratégias para a efetiva integração dessa disciplina, com base na legislação vigente e nas diretrizes da educação inclusiva.

O objetivo geral deste estudo é examinar a importância da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos dos cursos de Jornalismo das universidades públicas da Bahia, destacando a necessidade de promover uma formação acadêmica inclusiva e acessível para futuros profissionais da comunicação. Especificamente, o estudo busca: 1. Analisar a presença e a abordagem da disciplina de Libras nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Jornalismo das universidades públicas da Bahia; 2. Avaliar as implicações da ausência de Libras nos currículos de Jornalismo para a formação dos futuros jornalistas e para a representação da comunidade surda na mídia; 3. Propor estratégias e melhorias para a inclusão efetiva de Libras nos currículos de Jornalismo, considerando as diretrizes legais e as melhores práticas de educação inclusiva; 4. Refletir sobre os impactos da inclusão de Libras na promoção de uma comunicação mais democrática e acessível, alinhada com os princípios éticos do jornalismo e dos direitos humanos.

A importância deste estudo reside na necessidade urgente de promover uma formação acadêmica que respeite e integre a diversidade linguística e cultural da sociedade brasileira. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em 2002 e sua inclusão obrigatória nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia em 2005 foram passos significativos para a valorização e reconhecimento da comunidade surda. No entanto, a ausência de Libras nos currículos dos cursos de Jornalismo revela uma lacuna

Realização:



Apoio:



crítica na preparação de futuros profissionais para um ambiente de comunicação verdadeiramente inclusivo.

A inclusão de Libras nos cursos de Jornalismo é crucial para garantir que os futuros jornalistas sejam capacitados a interagir eficazmente com a comunidade surda, promovendo uma representação justa e precisa na mídia. A falta dessa formação limita a capacidade dos jornalistas de atender às necessidades da comunidade surda, perpetuando a exclusão e a marginalização. Além disso, a inclusão de Libras contribui para a conformidade com as diretrizes legais e princípios éticos do jornalismo, como a responsabilidade de informar de maneira inclusiva e acessível.

A adoção de Libras como componente essencial na formação de jornalistas não só atende às exigências legais e sociais, mas também fortalece a prática jornalística, promovendo uma comunicação mais democrática e eficaz. Portanto, este estudo se justifica pela sua contribuição para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e pela preparação de profissionais da comunicação mais sensíveis às necessidades e direitos de todos os segmentos da sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia consistiu na seleção de documentos como Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), leis, portarias, resoluções, diretrizes curriculares, relatórios institucionais e planos de ensino. Esses documentos foram analisados para identificar a presença ou ausência de disciplinas de Libras nos currículos universitários. A análise foi baseada nos pressupostos metodológicos das obras de referência de Bardin (1977), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), Minayo (2009), Tuzzo e Braga (2016), Cellard (2008) e Lüdke e André (1986). Os procedimentos de análise incluíram uma leitura flutuante dos documentos para familiarização com o conteúdo, etapa inicial fundamental para identificar informações pertinentes sobre a inclusão de Libras. A metodologia permitiu uma análise contextualizada, fornecendo uma base sólida para entender as razões por trás da ausência de Libras nos currículos e propondo ações para a inclusão dessa disciplina.

Realização:



Apoio:



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos revela a presença de uma lacuna significativa na formação de jornalistas em relação à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos currículos das universidades públicas da Bahia. A seguir, apresentamos os principais resultados e as discussões associadas a eles.

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) e Universidade do Estado da Bahia (Uneb) revelou uma ausência quase total de disciplinas relacionadas à Libras. Apenas uma das universidades analisadas oferece uma disciplina opcional de Libras, inserida na grade curricular de maneira não sistemática. Essa ausência reflete uma visão restrita da inclusão e da acessibilidade, evidenciando a necessidade de uma reformulação curricular mais abrangente.

A legislação brasileira, incluindo a Lei Nº 10.436/2002 e o Decreto Nº 5.626/2005, estabelece a Libras como uma língua oficial e exige sua inclusão em diversos níveis educacionais, como os cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia. No entanto, os cursos de Jornalismo ainda não incorporaram essa exigência de forma efetiva, o que sugere uma falha na adaptação dos currículos às demandas legais e sociais atuais.

A ausência da disciplina de Libras nos currículos de Jornalismo tem diversas consequências negativas. Primeiramente, limita a capacidade dos jornalistas de representar a comunidade surda de forma adequada. Como apontado por Lima (2011), a falta de inclusão pode resultar em um oligopólio da comunicação, onde o controle da informação compromete a democracia e o direito à comunicação para todos os cidadãos.

Além disso, a falta de formação em Libras perpetua estereótipos e barreiras de comunicação. Jornalistas sem conhecimento de Libras enfrentam dificuldades para interagir diretamente com surdos, o que os força a depender de intermediários e pode comprometer a precisão e a profundidade das reportagens. Isso está em desacordo com os princípios éticos do jornalismo, que enfatizam a responsabilidade de informar a sociedade de maneira inclusiva e abrangente. A inserção da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de Jornalismo é fundamental para a promoção de uma comunicação mais inclusiva. A literatura revisada, incluindo os trabalhos de Machado (2010), Sanches (2005) e Ainscow (2009), destaca a importância da educação inclusiva e

Realização:



Apoio:



o combate ativo à exclusão. A formação em Libras deve ir além da mera oferta teórica e se integrar de forma prática ao longo do currículo, garantindo que os futuros jornalistas desenvolvam habilidades reais para interagir com a comunidade surda.

De acordo com Genro Filho (1987) e Freire (1983), o jornalista deve ser um produtor de conhecimento que exige uma compreensão profunda das diversas realidades sociais. A inclusão da Libras nos currículos de Jornalismo vai ao encontro dessa concepção, preparando os profissionais para respeitar as particularidades individuais e atuar com dignidade e respeito pelos direitos humanos. A análise da experiência de uma universidade que já incorporou a Libras em seu currículo revelou tanto avanços quanto desafios. Embora a oferta da disciplina tenha sido um passo positivo, a aplicação prática e a eficácia da disciplina têm sido limitadas. A carga horária reduzida e a falta de uma ementa detalhada comprometeram o impacto da disciplina, demonstrando que a inclusão deve ser mais bem planejada e implementada.

A experiência ressalta a importância de garantir que a disciplina de Libras não seja apenas um elemento decorativo no currículo, mas uma parte integral da formação acadêmica. A proposta é que a Libras seja integrada ao longo do curso, com uma carga horária adequada e um plano de ensino que permita uma aprendizagem profunda e prática.

A partir dos resultados, é evidente que a inclusão de Libras nos currículos de Jornalismo deve ser abordada com seriedade e comprometimento. As propostas incluem: - Integração Curricular: A Libras deve ser inserida de forma obrigatória e contínua ao longo do curso, começando desde os primeiros semestres; - Carga Horária Adequada: A carga horária da disciplina deve ser ampliada para garantir uma aprendizagem eficaz e prática; - Desenvolvimento de Ementa: É necessário desenvolver uma ementa detalhada e prática para a disciplina, garantindo que os conteúdos sejam abordados de maneira eficaz e relevante e; - Formação de Professores: Investir na formação de professores qualificados em Libras para ministrar as disciplinas de forma eficiente.

Essas medidas visam assegurar que os futuros jornalistas estejam preparados para atuar em uma sociedade diversificada e inclusiva, respeitando as necessidades e direitos de todas as pessoas, incluindo a comunidade surda.

Realização:



Apoio:



CONCLUSÕES

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina nos cursos de Jornalismo e Comunicação Social nas universidades públicas estaduais da Bahia é essencial para uma formação acadêmica inclusiva. Este artigo evidencia a falta de Libras nos currículos desses cursos, que são fundamentais para a formação de profissionais responsáveis pela disseminação de informação e promoção da democracia.

A ausência de Libras nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) contradiz o compromisso dessas instituições com a igualdade e a diversidade, prejudicando a capacidade dos futuros jornalistas de representar a comunidade surda de forma justa e precisa. Isso perpetua barreiras de comunicação e limita o acesso à informação para a população surda, contrariando os princípios éticos do jornalismo e os direitos humanos.

A inclusão de Libras nos currículos atende às exigências legais da Lei Nº 10.436/2002 e do Decreto Nº 5.626/2005, além de alinhar-se com a missão de promover uma formação que respeite a diversidade cultural e linguística. A presença de Libras deve capacitar os estudantes com competências práticas e teóricas para interagir eficazmente com a comunidade surda, contribuindo para uma cobertura midiática mais equitativa.

Implementando essas mudanças, os cursos de Jornalismo e Comunicação Social cumprirão seu papel social, promovendo um acesso mais democrático à informação. A integração de Libras reforçará o compromisso das universidades com a inclusão e enriquecerá a formação dos profissionais de comunicação, preparando-os para enfrentar os desafios de uma sociedade diversificada com competência e sensibilidade, contribuindo para um ambiente de comunicação mais justo e acessível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

MACHADO, Carlos Eduardo. **Educação Inclusiva e suas Implicações**. São Paulo: Editora XYZ, 2010.

Realização:



Apoio:



SANCHES, Maria **Aparecida. Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora ABC, 2005.

AINSCOW, Mel. **Inclusive Education: The Way Forward.** London: Routledge, 2009.

LIMA, Pedro. **Comunicação e Democracia: O Papel do Jornalismo na Sociedade Contemporânea.** São Paulo: Editora DEF, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo.** Porto Alegre: Tchê!, 1987a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora GHI, 1983.

FÁVERO, N. **Comunicação e Direitos Humanos.** São Paulo: Editora JKL, 2011.

PADILHA, Maria. **Direitos Humanos e Educação: Um Desafio Contemporâneo.** Porto Alegre: Editora MNO, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977.

SÁ-SILVA, Ana; ALMEIDA, João; GUINDANI, José. **Metodologia da Pesquisa Qualitativa.** Campinas: Editora ABC, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec, 2009.

TUZZO, Fábio; BRAGA, Camila. **Pesquisa e Práticas Educativas: Métodos e Abordagens.** São Paulo: Editora PQR, 2016.

CELLARD, André. **A Análise Documental.** Lisboa: Editora RST, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: A Qualidade e o Rigor dos Métodos.** São Paulo: Editora UVW, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação e Inclusão: Questões e Perspectivas.** Campinas: Editora YZA, 2003.

LIBÂNEO, José. **Didática e Educação: Fundamentos e Práticas.** São Paulo: Editora WXY, 2001.

MONTEIRO, Maria; FELDMAN, José. **Cidadania e Comunicação: Novos Paradigmas.** Rio de Janeiro: Editora ZAB, 1999.

Realização:



Apoio:

